

## IMPUGNAÇÃO AO EDITAL Nº 107/2023 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS/PR (UASG: 987541)



**De** <ulyssesquinto@adv.oabsp.org.br>  
**Para** <claudinei.schreiber@doisvizinhos.pr.gov.br>, <mateus.lima@doisvizinhos.pr.gov.br>  
**Cópia** sistemaseprodutos <sistemaseprodutos@gmail.com>, gabriela <gabriela@ebaoffice.com.br>  
**Data** 31-07-2023 22:45

30f5d513.png (~148 KB) 4c17dfe6.png (~327 KB) 76dc5dc9.png (~283 KB) 3a28444e.png (~218 KB)  
 CNH Antenor.pdf (~656 KB) Catálogo - Security CF 1317 - 1 hora.pdf (~373 KB)  
 Catálogo - Security S-16 new (4) (1).pdf (~365 KB) Contrato Social EBA OFFICE\_Alteração 25-11-2022 (1).pdf (~4,7 MB)  
 PARECER DETRAN ALAGOAS\_DIN TIRAS X PARTÍCULAS(1) (1) (1) (1).PDF (~365 KB)  
 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.pdf (~690 KB)

[Remover todos os anexos](#)

Prezados Senhores, abri meu email agora e notei que nossa impugnação deu retorno ao remetente (ERRO: undelivered, return to sender). Por este motivo, reencaminho para apreciação, sem os anexos de contrato social digitalizado e petição PDF que ficou extensa e que estavam pesando o email.

Desta forma gostaríamos que fosse feita a apreciação conforme direito constitucional de petição, previsto no inciso XXXIV, alínea A, do art.5º da CF/88 e SÚMULA 473 do STF (Princípio da Autotutela Administrativa, segundo o qual a Administração tem o poder-dever de revisar atos ilegais ou inconvenientes e inoportunos), pois o edital está com muitas falhas no termo de referência do item fragmentadora que prejudica a disputa e também o próprio contratante.

### **Acórdão 969/2022 TCU Plenário Representação, Relator Ministro Bruno Dantas**

Licitação. Edital de licitação. Impugnação. Recebimento. Princípio do formalismo moderado. Prazo. Em licitação eletrônica, é irregular, por configurar excesso de formalismo, a limitação do prazo de impugnação do edital ao horário de funcionamento da entidade promotora do certame, vez que a impugnação pode ser feita de maneira remota, pela internet, não exige funcionários da entidade de prontidão para o seu recebimento e não interfere no horário de início da análise de impugnação, **não havendo razão para que não seja aceita até às 23h59min da data limite.**

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/jurisprudencia-selecionada/%22JURISPRUDENCIA-SELECIONADA-131500%22>

Att.

----- Mensagem original -----

**De:** ulyssesquinto@adv.oabsp.org.br  
**Para:** claudinei.schreiber@doisvizinhos.pr.gov.br; mateus.lima@doisvizinhos.pr.gov.br  
**Cc:** sistemaseprodutos@gmail.com  
**Enviadas:** Segunda-feira, 31 de Julho de 2023 17:59:20  
**Assunto:** IMPUGNAÇÃO AO EDITAL Nº 107/2023 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS/PR (UASG: 987541)

**AO ILMO SR PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELO PREGÃO Nº 107/2023 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS/PR (UASG: 987541)**

Ref.: pregão eletrônico 107/2023

objeto: aquisição de fragmentadoras de papel – item 01

A **EBA OFFICE COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº. 09.015.414/0001-69, vem à presença do Ilmo. Sr. Pregoeiro responsável, neste ato representada por quem ao final esta subscreve, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL de PREGÃO ELETRÔNICO** em epígrafe, nos termos do §2.º, do art. 41, da Lei 8666/93; art. 9.º da Lei Federal n.º 10.520/02 e art. 24 do Decreto Federal n.º 10.024/2019, bem como nos princípios básicos que regem a Administração Pública e aqueles inerentes ao procedimento licitatório, nos fatos e fundamentos jurídicos a seguir aduzidos:

Súmula 177 do TCU:

*Súmula nº 177 - A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada em uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão.*

Verifica-se que o edital é omissivo de especificações qualitativas mínimas, porém o valor referencial permite a compra de fragmentadoras robustas, de boa qualidade e durabilidade. Entretanto, a disputa de lances conduzirá o resultado a aquisição de fragmentadoras de má qualidade por barateamento dos custos em vista do desfecho da etapa de lances ou mesmo para maximizar o lucro.

Um descritivo falho e impreciso conduzirá o resultado ao fracasso do certame ou à uma contratação ruínosa com a compra de fragmentadoras inadequadas que não privilegiarão a qualidade e durabilidade do bem para boa aplicação do erário, o que indica que a compra pública será conduzida à aquisição de fragmentadoras baratas e de baixa durabilidade, com especificações inadequadas à rotina de trabalho administrativa, com alto índice de quebra e manutenções frequentes por possuírem componentes internos frágeis.

Além disso o presente edital revela que a descrição do objeto é carente de especificações qualitativas mínimas e que são essenciais à durabilidade do objeto, tornando a compra lesiva ao erário na medida em que máquinas fragmentadoras muito baratas ou muito frágeis, que são mais prováveis de serem ofertadas pois os fornecedores podem substituir peças para majorar os lucros, resultarão em alto índice de quebra e manutenções frequentes, fazendo com que a verba pública seja mal gasta, sem nenhuma garantia de responsabilização do fornecedor e empregada de forma contrária ao princípio da eficiência que determina que os gestores da coisa pública devem empregar o erário de forma gerencial, ou seja, visando o melhor custo benefício e não somente o menor preço, uma vez que **a proposta mais vantajosa é composta pelo binômio qualidade x economicidade, nesta ordem e não o contrário.**

O Princípio da Eficiência implica que os bens que serão incorporados ao patrimônio público devem ter qualidade e durabilidade, de modo que o investimento do erário em material permanente seja realizado de forma gerencial, pois com a aquisição de bens de baixa qualidade levando em conta somente o critério do menor preço, a Administração se vê forçada a repetir a contratação quando estes bens começarem a apresentar problemas de funcionamento como quebra de peças e manutenções frequentes que muitas vezes o serviço de reparo e mão de obra custa mais caro do que a aquisição de outro item, colocando a Administração em um ciclo vicioso refazimento da licitação para compra de novos bens para substituir aqueles comprados anteriormente.

#### **DO OBJETO (item 1):**

A presente impugnação versa sobre item 1 (fragmentadoras de papel).

Dispõe o termo de referência que objeto deverá ter as seguintes características mínimas:

FRAGMENTADORA DE PAPEL  
Configurações mínimas:

Abertura de Inserção entre 23 e 25cm. Nº máximo de folhas (75g) entre 15 e 30 folhas, Tipo de fragmentação: Tiras entre 6 e 7 mm/cartão/CD/DVD, Velocidade de Fragmentação entre 2 e 2,8m/min Capacidade média de fragmentação entre 65 e 75 Kg/h.  
Acionamento Botão e Sensor eletrônico Reversão Manual e no botão.  
Potência mínima 360w.  
Nível de Ruído máximo entre 60 e 65db (A),  
Volume da lixeira entre 30 e 31 litros,  
Sensor de segurança para lixeira, Com rodízios, Voltagem 110v.

*Quantidade: 03 unidades / Valor Estimado unitário: R\$ 3.128,13*

### **NÍVEL DE SEGURANÇA DE ACORDO COM A NORMA DIN 66.399:**

O edital restringe a oferta das fragmentadoras para modelos ultrapassados de corte em tiras de 6mm (nível de segurança 2) ou 7mm (nível 1), os menos seguros da escala da NORMA DIN 66.399. O corte em tiras é ultrapassado e não está de acordo com as diretrizes da LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, sendo que poucos fabricantes ainda disponibilizam máquinas com corte em tiras, migrando suas linhas de produção totalmente para partículas.

Cabe esclarecer: há dois tipos de cortes, tiras ou partículas.

O corte em tiras é feito na vertical da folha do papel A4, de modo que o comprimento de cada tira será 29,7cm, e a largura de 6mm. Assim é fácil perceber o motivo deste tipo de fragmentadora ter oferta limitada: é um corte que caiu em desuso pois não garante o sigilo da informação e as longas tiras são de fácil remontagem, além de se emaranharem no cabeçote das máquinas quando o cesto fica cheio.

Já o corte em partículas é feito de forma cruzada, na horizontal x vertical, produzindo pequenos fragmentos que protegem o sigilo da informação, havendo muito pouca diferença entre os níveis de segurança 3 e 4, já que ambos tem dimensões de 4mm de largura.

Os tipos de corte são divididos entre tiras e partículas, sendo que a fragmentação em tiras caiu em desuso por ser um corte obsoleto e de oferta restrita, ao passo que o picote em partículas atende ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados quanto à preservação de informações sensíveis de usuários e administrados.

Os tamanhos de corte são dispostos pela Norma DIN 66.399, que regulamenta os níveis de segurança pelo tamanho do picote segue a seguinte classificação (veja grifo):

Nível P1 - Tiras com largura máxima de 12 mm. (baixa confiabilidade)

Nível P2 - Tiras com largura máxima de 6 mm. (baixa confiabilidade)

**Nível P3 - Partículas máxima 4x80mm - Área máxima de 320 mm<sup>2</sup>. (média confiabilidade)**

Nível P4 - Partículas máxima de 4x40mm - Área máxima de 160 mm<sup>2</sup>. (média confiabilidade)

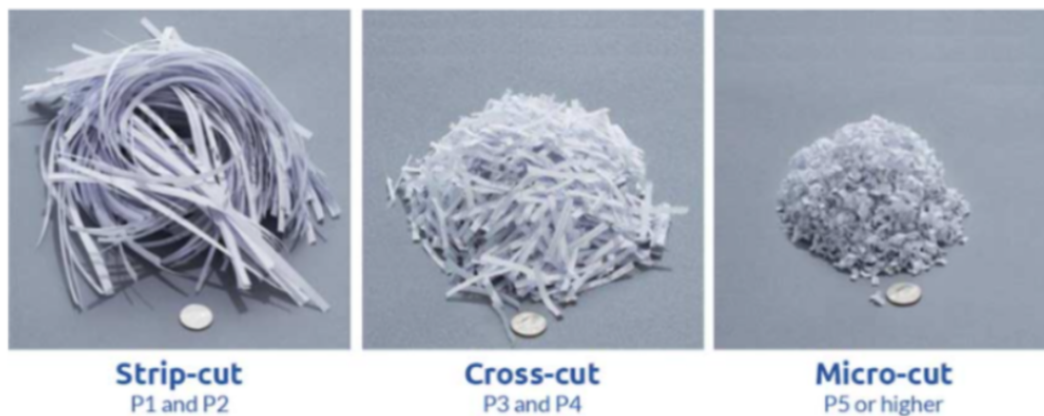
Nível P5 - Micro-Partículas máxima de 2x15 mm - Área máxima 30mm<sup>2</sup>. (alta confiabilidade)

Nível P6 - Micro-Partículas máxima de 0,8x12 mm - Área máxima 10mm<sup>2</sup>. (alta confiabilidade)

Nível P7 - Micro-Partículas máxima 1x5 mm - Área máxima 5mm<sup>2</sup>. (alta confiabilidade)



A fragmentação em tiras é horizontal apenas, ou seja, são produzidas longas tiras horizontais que em pouco preservam o sigilo da informação obtida com a fragmentação. Veja na imagem:



\*comparação do corte em partículas no nível P3 ou superior com o corte em tiras (P1 e P2) e os cortes em partículas P3 ~P5.

Há muito pouca diferença entre os níveis P3 e P4 da Norma, sendo ambos cortes em partículas.

Para melhor definição do objeto e ampliação da competitividade, sugerimos a adoção do corte em partículas a partir do nível de segurança 03 da Norma Din 66.399 ou superior.

A partir do nível 3 já são produzidas partículas, capazes de preservar o sigilo das informações de forma adequada.

A Lei Geral de Proteção de Dados ainda estimula que as atividades do setor público e do setor privado tenham tratamento adequado para se preservar o sigilo de dados pessoais e dados sensíveis, para garantia da segurança do titular e prevenção a fraudes, dentre outras hipóteses:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm)

*Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.*

*Parágrafo único. As normas gerais contidas nesta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.*

*Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:*

*g) garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.*

Comprove ainda que a oferta de fragmentadoras em tiras é limitada e restringe a competitividade, pelo **parecer anexo** emitido pelo DETRAN ALAGOAS, cuja pesquisa de preços e especificações constatou que apenas 01 fornecedor cotou máquina em tiras, enquanto todos os demais cotaram máquinas em partículas:

**"Verificando a pesquisa de preço constante nos autos, percebe-se que apenas uma empresa cotou o objeto com nível 2 de segurança, enquanto as empresas restantes cotaram com nível 4 de segurança, acarretando diferença no preço final da cotação."**

Para maior competitividade e adequação às diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados, bem como para garantir a segurança da informação dos pacientes cujos documentos a serem descartados são sigilosos e possuem dados sensíveis, sugere-se que seja adotado o corte em partículas em nível de segurança 03 ou superior da Norma Din 66.399.

**REGIME DE FUNCIONAMENTO CONTÍNUO SEM PARADAS CONSTANTES POR SUPERAQUECIMENTO DO MOTOR:**

O edital é omissivo quanto ao regime de funcionamento das fragmentadoras.

Cabe informar que há no mercado fragmentadoras de origem do sudeste asiático que apresentam funcionamento insatisfatório, funcionando por exemplo, alguns minutos ligada e passam grande parte do tempo em repouso para resfriamento do motor. Isso conduz a oferta de fragmentadoras mais frágeis e mais baratas, que são aquelas máquinas de funcionamento intermitente (funcionam por alguns minutos ligada e após atingirem determinada temperatura e superaquecerem, ficam inativas para aguardar o resfriamento do motor). Alguns modelos importados da China funcionam de forma intermitente por poucos minutos pois superaquecem, ficando ligadas por apenas alguns minutos e ficam em descanso (ociosa) resfriando o motor por longas pausas, até resfriar completamente e poder operar novamente.

Diante da especificação ruim do edital, serão ofertadas fragmentadoras como as apontadas acima, havendo grandes chances desta Administração receber propostas de modelos que funcionam por poucos minutos ligada, como por exemplo, funciona 40 minutos ligada e a partir do segundo ciclo, 4 minutos ligada e tempo de repouso que em alguns modelos necessita de 50 minutos de repouso para resfriamento, sendo inadequados para uso em escritório.

Considere ainda que o Brasil é um país tropical que atinge altas temperaturas na maior parte do ano, tendo poucos meses de temperatura amena, quase sempre os dias registram temperaturas acima de 30º, o que potencializa o superaquecimento e a ociosidade da fragmentadora de papel que opera com um motor térmico.

Assim a estimativa de uma máquina importada fabricada na China que possui tempo de uso intermitente com grande intervalo para repouso por superaquecimento para resfriamento do motor, mostra-se inadequada para utilização do item no Brasil, pois estes minutos de operação referem-se apenas ao primeiro acionamento, sendo que somente quando a fragmentadora atingir um ponto de total resfriamento é que serão estimados outros tempo de repouso para uso, com outra estimativa de tempo de repouso a depender das condições climáticas do ambiente.



Esta especificação torna a aquisição com risco de compra ruinosa e contradiz aquele disposto no Decreto 10.024/2019 que embora determine que a ampliação da disputa seja uma prioridade, esta não deve ser valorizada a ponto de contrariar os interesses da Administração, na boa aplicação do erário, que deve ser gasto de forma eficiente e gerencial.

A proposta mais vantajosa, finalidade básica da Licitação, induz que a compra pública deve atender ao binômio da qualidade mínima x economicidade, nesta ordem e não o contrário. Significa que o bom emprego do erário está ligado à aquisição de bens duráveis e de qualidade mínima, que, desconsideradas especificações onerosas e supérfluas, que são vedadas, sirvam para garantir eficiência na atividade estatal e no desempenho dos servidores no âmbito da rotina administrativa de trabalho. Mais do que isso, uma compra bem realizada implica que a Administração economizará verba pública pela desnecessidade de gastos com manutenções e até mesmo novas compras decorrentes dos bens de má qualidade que adquiriu anteriormente.

Uma vez que o critério de julgamento do menor preço induz que alguns fornecedores, em detrimento da qualidade mínima do bem, ofertarão máquinas de qualidade inferior, mais baratas e que atenderão às necessidades do Estado para uso do bem à curto prazo, porém gerarão prejuízo com constantes gastos de manutenção além do período de garantia, além da provável perda total de equipamentos que quebrarem após queima de motor.

Veja que a omissão do edital quanto ao regime de funcionamento dá azo para serem ofertadas máquinas que embora funcionem continuamente por certos períodos, param de funcionar após determinado tempo de uso para resfriamento do motor (regime intermitente).

O valor de referência permite a oferta de fragmentadoras robustas com sistema de corte todo metálico e tempo de funcionamento ininterrupto de 60 minutos no mínimo, havendo diversos modelos no mercado com motor preparado para uso de forma contínua em escritório para atender a demanda de diversos usuários do setor.

Para evitar que a fragmentadora trabalhe em regime de sobrecarga, é fundamental que ela seja projetada para funcionamento contínuo, com motor adequado para a tarefa que a máquina deverá realizar.

Pelas razões expostas, recomenda-se que seja retificado o termo de referência do edital, para ser expressamente indicado como requisito de aceite, **que a fragmentadora possua regime de funcionamento contínuo mínimo de 30 minutos minutos sem paradas para resfriamento do motor**, o que é razoável e proporcional considerando o porte da máquina e uma jornada diária de trabalho de 8 horas a que o equipamento ficará sujeito a uso em escritório (dentro da repartição), garantindo-se assim não só a qualidade do bem, mas também a ampla participação de fornecedores, pois há no mercado pluralidade de fornecedores que atendam a especificação, para evitar problemas de manutenções frequentes decorrente da queima ou mau funcionamento.

Vídeo que mostra o mal funcionamento de fragmentadora de papel em vista do superaquecimento que acarreta inúmeros outros problemas como o atolamento, a impossibilidade de reversão do papel e até mesmo a quebra de pentes raspadores e engrenagens plásticas dos modelos de entrada em virtude da necessidade de retirada à força do papel atolado quando há o travamento por excesso ou o mau funcionamento quando o resfriamento não é eficiente (regime intermitente):

Parte 1:

<https://youtu.be/oQ339aOYakA>

Parte 2:

<https://youtu.be/KWj4FNL8f2o>**DESMEMBRAMENTO DO LOTE 01, item 01:**

O edital licita em um mesmo lote equipamentos totalmente diversos, misturando fragmentadoras com televisores, geladeira, freezer e lavadora, sendo que a fragmentadora não é considerado eletro de entretenimento como televisores nem item da linha branca de eletrodomésticos como microondas e freezer e sim pertence a uma categoria de automação e equipamentos para uso em escritório.

As fragmentadoras pertencem a um grupo de equipamentos (conforme regulamentado pelo Decreto 7.174/2010, separado dos itens como eletrodomésticos da linha branca) com fornecedores especializados apenas nestes equipamentos, ao passo que os fornecedores que trabalham com fragmentadoras não fornecem as máquinas de lavar objeto deste edital, que devem ser adquiridos à parte.

Deste modo, o edital viola o Princípio da Impessoalidade, tornando a disputa praticamente inviável para fornecedores especializados apenas com as fragmentadoras (estas se destinam a uso doméstico, departamental, industrial), restringindo a competitividade.

O Princípio Constitucional da Impessoalidade, inerente ao procedimento licitatório, veda que a Administração Pública dê tratamento privilegiado a uns particulares em detrimento de outros.

Pode até existir no mercado varejistas que forneçam os itens do lote todo, porém, o mercado de fragmentadoras é especializado e existe grande número de fornecedores que somente trabalham com maquinário de automação, e que fornecem apenas as fragmentadoras. Veja o que dispõe o parágrafo primeiro do art. 23 da Lei 8.666/93:

- *1o As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração **serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.***

Ronny Charles, advogado da União, nos ensina em sua obra "Leis de Licitações Públicas Comentadas", página 180, editora jusPODVIM, 5ª edição:

*"Aglutinação por objetos:*

*Por vezes, o gestor indevidamente busca, ao máximo, ampliar o objeto contratual, de forma a tornar complexo ou colossal o objeto do certame, o que acaba por restringir a competição, já que muitos dos interessados terminam impossibilitados de participar da disputa, seja por não atuar no mercado com todos os elementos materiais constantes do objeto (ex: prestação de serviço de telefonista com aquisição de central telefônica), seja por não conseguir arcar com as garantias e condições habilitatórias (...). Essa prática denominada por alguns de contrato "guarda-chuva" deve ser coibida pelo Poder Judiciário, pois não se trata de decisão aberta à discricionariedade do administrador, utilizar ardis para dificultar a competitividade"*

*A liberdade de atuação do gestor é limitada pela lei e pelo interesse público, dos quais não pode se desvirtuar. Compete aos órgãos de controle, nessas hipóteses, exigir a repartição do objeto contratado.*

*"Outrossim, nas aquisições de bens de informática, é importante que os equipamentos acessórios dos microcomputadores que possam ser autonomamente considerados, sem prejuízo da compatibilidade entre os bens adquiridos, constem em itens específicos, de forma a permitir uma maior competição para a sua obtenção. Nesse sentido, o Acórdão nº 2.879/2006, da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União.*

*Ainda, nesse prumo, o TCU determinou à PETROBRÁS que se abstinhasse de firmar contratos do tipo "guarda-chuva", ou seja, com objeto amplo e ou com vários objetos, promovendo os devidos certames licitatórios em quantos itens forem técnica e economicamente viáveis (TCU - Acórdão nº 1.663/2005 - Plenário).*

**Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2012, p. 308, editora Dialética), nos ensina na mesma linha que Ronny Charles:**



*Como se extrai, o fundamento jurídico do fracionamento consiste na ampliação das vantagens econômicas para a Administração. Adota-se o fracionamento como instrumento de redução de despesas administrativas. A possibilidade do maior número de interessados não é o objetivo imediato e primordial, mas via instrumental para obter melhores ofertas. (...)*

**Súmula nº 248 do TCU:**

*"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade"*

Deste modo, o que se requer é o desmembramento do lote para que a disputa seja aberta para fornecedores especializados em fragmentadoras, de modo que a Administração receba propostas de fragmentadoras robustas de melhor qualidade, pois a aglutinação do lote junto com máquinas de lavar restringe a competitividade e impede a participação de fornecedores especializados em fragmentadoras, já que obriga a contratar com terceiros o fornecimento de itens de entretenimento e da linha branca de cozinha, sendo que os itens não guardam nenhuma relação entre si.

**SUGESTÃO DE MODELOS:**

Modelo sugerido: CF1317 possui todo sistema de corte em metal, sem componentes plásticos, funciona continuamente por 1 hora sem pausas para resfriamento do motor, e tem capacidade simultânea para 15 folhas A4 75g/m<sup>2</sup>, lixeira com volume de 30 litros, potência de motor de 600 watts - valor estimado R\$ 3.800,00)

[http://ebaoffice.com.br/fragmentadora\\_departamental-5-22.html](http://ebaoffice.com.br/fragmentadora_departamental-5-22.html)

Modelo Security S16 NEW (R\$ 2.500,00 unitário, 15 folhas A4 padrão 75g/m<sup>2</sup>, lixeira com volume de 30 litros, regime contínuo de 30 minutos sem pausas para resfriamento):

<https://www.vvrdobrasil.com.br/escritorio/26-security-s-16-new.html>

**DO PEDIDO:**

Ante todo o exposto, o que se requer é que a presente impugnação seja devidamente processada e julgada com vistas a deferir o pedido e sanar as irregularidades apontadas com a consequente retificação do edital de licitação em acordo com a SÚMULA 473 do STF, segundo a qual a Administração deve revogar atos inconvenientes e inoportunos e anular os ilegais (Princípio da Autotutela), requerendo o desmembramento do lote pois os itens não guardam nenhuma relação entre si e a competição está sendo restrita, sugerindo-se o cancelamento dos itens fragmentadora para que possam ser licitados em futura oportunidade corrigidos, por meio de melhor avaliação das especificações e pesquisa de preços, sem atraso dos demais itens desta licitação.

Termos em que pede e espera deferimento.

São Paulo, 31 de Julho de 2023.

ANTENOR DE CAMARGO FREITAS JÚNIOR

CPF: 900.949.998-72

ANTENOR DE CAMARGO FREITAS JUNIOR  
EBA OFFICE COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA

  
09.015.414/0001-69  
EBA OFFICE COMÉRCIO DE MÁQUINAS  
PARA ESCRITÓRIO LTDA - EPP  
RUA MAJOR SERTÓRIO, 212 - 5.º CJ. 51  
VILA BUARQUE - CEP 01222-000  
SÃO PAULO - SP

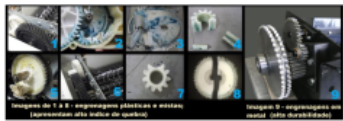
30f5d513.png

~148 KB



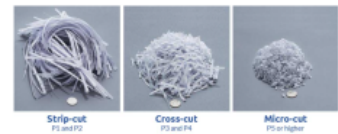
4c17dfe6.png

~327 KB



76dc5dc9.png

~283 KB



3a28444e.png

~218 KB

